



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

5 DE OUTUBRO
PALÁCIO DO PLANALTO
BRASÍLIA — DF

DISCURSO À NAÇÃO BRASILEIRA, EM
CADEIA NACIONAL DE RÁDIO E TE-
LEVISÃO

Brasileiros:

As atenções das correntes políticas e da imprensa têm-se voltado, predominantemente, para a questão da sucessão presidencial. Embora relevante, e merecedora, por isso mesmo, de meus cuidados, tal questão deve, por ora, passar a segundo plano.

Vivemos momentos de grandes dificuldades econômicas. Precisamos concentrar nosso esforço criativo na identificação de soluções para os problemas que decorrem dessa crise econômica. O debate, e mesmo a controvérsia, que presenciamos diante das opções que se apresentam, são próprios da vivência democrática. Considero-os saudáveis e necessários. Provam o fortalecimento das instituições democráticas. Tenho tomado conhecimento de todas as alternativas e sugestões apresentadas. Diante desse quadro, e da necessidade de dar consequência prática a esse amplo processo de análise, determinei o reexame das medidas adotadas em julho passado.

Os objetivos da política adotada têm de permanecer porque o problema permanece: temos de reduzir o *deficit* público, combater o desemprego, controlar a inflação e restabelecer o crescimento econômico. As medidas exigidas para atingir esses objetivos impõem sacrifício a toda a sociedade. No debate, há um ponto de convergência: o combate à inflação. Existe consenso em torno dessa diretriz: É preciso reduzir a inflação. Não podemos continuar com a alta de preços, com a destruição do nosso poder aquisitivo, com o enfraquecimento da nossa atividade empresarial. Não podemos continuar com as expectativas negativas da inflação, tanto para os assalariados quanto para os empresários.

Em relação ao componente externo da questão, as soluções estão sendo equacionadas com árduo e paciente trabalho. Desde o meu pronunciamento nas Nações Unidas e os vários contatos que mantive com líderes de países industrializados, negociamos meios de fortalecer nossa posição financeira externa.

No *front* interno, chegamos à proposta adotada no Decreto-lei nº 2.045, que ataca três dos fatores que alimentam a inflação: a elevação do custo salarial, dos aluguéis e da prestação da casa própria.

Desde então, assisto à controvérsia instaurada na sociedade brasileira em torno das opções apresentadas nesse decreto-lei. Em todos os países que enfrentaram o mesmo problema, nos últimos anos, a sociedade começou o combate por medidas semelhantes e obteve sucesso. Isso ocorreu inclusive em países de governos socialistas ou trabalhistas.

Minha consciência democrática aponta o caminho do diálogo, da sensibilidade a sugestões, da busca do entendimento sobre as melhores opções. Cumprindo minha orientação, o Governo já iniciou esse processo de reexa-

me por uma consulta partidária. A distribuição mais equânime dos inevitáveis sacrifícios que a política de combate à inflação acarreta será mais adequadamente alcançada com a audiência da sociedade política.

Numerosas sugestões e alternativas estão sendo recolhidas pelo Governo, buscando identificar, no campo fiscal e trabalhista, medidas que reforcem os instrumentos de que dispõe a Nação para combater a inflação e o desemprego.

O País atravessa verdadeiro estado de necessidade. A situação exige medidas adequadas à gravidade do tempo em que vivemos.

Confio em que todas as forças políticas corresponderão ao desafio da hora. É imprescindível que se unam ao Governo na defesa do bem-comum e do interesse nacional.

Muito Obrigado.